

# Deputado vê falta de autoridade

4408  
Para pedessista, episódio dos Apinajé mostra fraqueza do Governo

"O presidente Figueiredo, com o episódio envolvendo os índios Apinajé, de Goiás, promove os funerais da autoridade no Brasil". A declaração é do deputado federal Bento Porto (PDS-MT), membro da Comissão do Índio na Câmara dos Deputados.

Invocando os artigos 4º e 8º da Constituição Federal, que segundo ele, vêm sendo vilipendiados, o parlamentar mato-grossense afirma que o grau de desrespeito às instituições do País e às autoridades constituídas alcançou seu ápice com o episódio envolvendo a demarcação de terras no norte do Estado de Goiás.

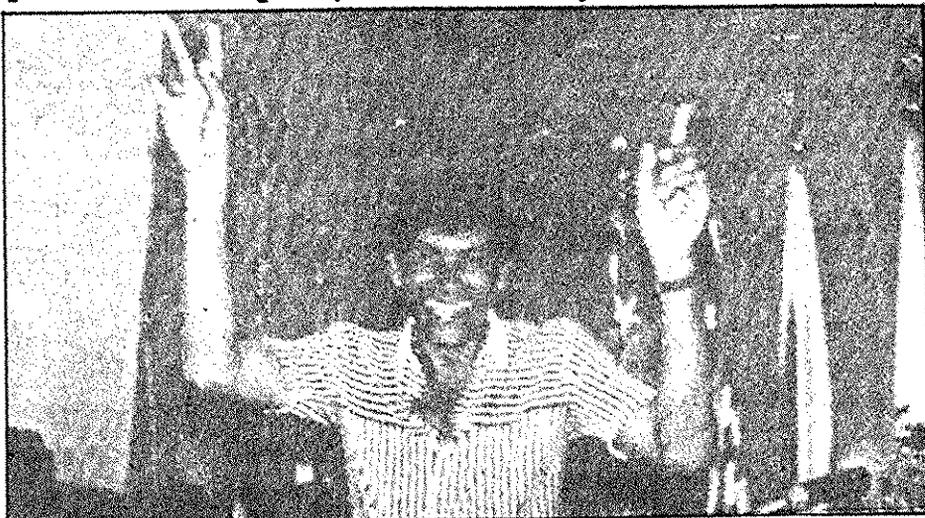
— Não discuto o mérito da questão, ou seja, se as terras pertencem ou não aos índios. O que não é possível aceitar, diz ele, é a franqueza demonstrada pelo Governo Federal ao assistir passivamente à desordem administrativa e hierárquica, sem qualquer providência com vistas ao cumprimento das leis brasileiras e, por conseguinte, discriminando o direito.

Bento Porto contestou ainda as declarações do ministro do Interior, Mário Andreazza, de que durante sua administração sempre foram respeitados a Constituição e o Estatuto do Índio. "O que ocorre, esclarece Bento Porto, é exatamente o inverso, bastando-se recordar que no governo Figueiredo a Funai mudou seis vezes seu presidente, numa evidente constatação de que o órgão e a política indigenista conviveram com seguidas crises e as leis do País, em momento algum, foram respeitadas."

## MANOBRAS

Segundo Bento Porto, o responsável pelo conflito entre índios e não-índios, no Estado de Goiás, é o próprio presidente da Funai, que vem manobrando nos bastidores "visando sensibilizar a opinião pública, com o intuito de concretizar seu projeto pessoal que é o de continuar à frente do órgão na próxima administração".

"Os sonhos continuistas do atual presidente da Funai — afirma — vêm sendo acalentados desde o episódio em que resistiu à assi-



Bento Porto diz que o Governo perdeu a autoridade

natura do decreto presidencial que permitiria a exploração mineral em terras indígenas." Naquela oportunidade, continua ele, Marabuto expediu orientação a todas as delegacias regionais da Funai para que não se cumprisse o decreto presidencial.

"De lá para cá — diz Bento Porto — Marabuto, que fora demitido da Polícia Federal por este mesmo governo, passou a ignorar as autoridades a quem, por dever, teria que acatar e respeitar, contribuindo para desmoralizar o governo Figueiredo e consagrando a insubordinação como norma de conduta."

"É uma vergonha nacional a crise de autoridade a que chegou o País", lembra o parlamentar mato-grossense. "A falta de credibilidade do atual governo chegou a tal ponto que o Presidente da República se curva a um subalterno e sequer tem força para determinar uma apuração isenta dos fatos diante de um tema tão sensível junto à opinião pública."

"Neste momento, cidadãos brasileiros estão à mercê do acaso — face à fragilidade de nossas instituições e da inescrupulosidade de seus dirigentes — correndo o risco, inclusive, de serem massacrados fisicamente. Do mesmo modo, os nossos índios, em seu estágio cultural primitivo, vão sendo manipulados com fins escusos o que ex-

plica a péssima imagem ostentada pelo Brasil no Exterior em matéria indigenista"

Outra constatação de abuso do poder revelada pelo parlamentar mato-grossense é a que se verifica em Mato Grosso. Segundo ele, o Estado concedeu muitos títulos de terras que mais tarde se transformaram, pelo esforço de seus proprietários, em áreas produtoras e muitas destas terras foram em seguida transformadas pela Funai, através de simples portarias, em reservas indígenas, sem que seus proprietários recebessem qualquer indenização, ou tivessem seus direitos reconhecidos.

## VITIMAS

Para Bento Porto, os índios têm sido vítimas e não beneficiários da Funai. "O órgão, segundo ele, não cumpre a política indigenista traçada pelo Governo Federal, nem aplica a Lei 6.001 que determina a integração harmoniosa dos silvícolas à comunhão nacional. A situação é tão absurda que a Funai passou da condição de tutora à condição de tutelada pelos índios. A sociedade brasileira vive a expectativa de assistir, a qualquer instante, a um massacre sem precedentes na sua história, que poderia ser evitado se a Constituição fosse respeitada."

## Caciques já planejam festa

Os caciques das sete tribos envolvidas no conflito de Tocantinópolis estão tão confiantes da vitória que passaram o dia de ontem discutindo a preparação de uma festa a ser realizada depois da demarcação dos 130 mil hectares da reserva Apinajé.

— Nós vamos matar uns cinco bois e fazer uma grande festa onde muitos brancos serão convidados — disse o cacique Francisco Apinajé.

Os oito caciques que estão em Brasília esperam

calmamente em seus quartos de hotéis a reunião que será realizada na segunda-feira entre o presidente da Funai, Nelson Marabuto, e o ministro Mário Andreazza, para poderem retornar à reserva com o decreto nas mãos e reiniciar imediatamente a demarcação.

O espírito dos caciques é de tão completa conciliação que até mesmo Raoni, da tribo Txucarramãe, ameaçado de morte pelos fazendeiros pensa apenas em terminar o trabalho para poder voltar para sua tribo.